

» Entrevista | MAURO MENDES | GOVERNADOR DO MATO GROSSO

Político destaca os desafios da segurança ambiental e alimentar e, nesse caso, não titubeia: "O Brasil é uma potência"

"O Estado brasileiro é ineficiente"

» CAETANO YAMAMOTO*

O Brasil enfrenta grandes desafios e a segurança jurídica é fundamental para o crescimento da economia, de acordo com o governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União- MT). Ele participou, ontem, do seminário 5º Brasília Summit - Segurança Jurídica no Agro, realizado pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) e o Correio Braziliense.

Mendes participou também do CB.Poder — parceria entre o Correio e a TV Brasília — para conversar com a jornalista Adriana Bernardes, sobre estes problemas nacionais, com foco na ineficiência do Estado brasileiro. O governador não poupa críticas à burocracia que trava o desenvolvimento e o licenciamento ambiental. "O Estado brasileiro é ineficiente", afirmou. Ele destacou ainda dois grandes desafios da atualidade: a segurança ambiental e a segurança alimentar. "E, nisso, o Brasil é uma potência", acrescentou.

Confira os principais trechos da entrevista:

O senhor participou do evento do Lide e do Correio, para discutir as questões mais importantes do país. Qual foi o aspecto que levou para o encontro?

Eu trouxe uma abordagem um pouco diferente, porque a segurança é algo fundamental para todos nós. E a segurança jurídica é uma das faces dessa segurança e a segurança no agronegócio foi discutida, porque o agronegócio brasileiro é um importante setor da nossa economia. Já responde praticamente por 30% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. Ele está presente do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, do Espírito Santo até o Acre. Nós somos líderes na produção de soja, de milho, de carne. Somos líderes na produção de etanol e de biodiesel. Nós temos uma grande produção e uma grande perspectiva de continuar produzindo. E, para o país continuar crescendo, novamente, a palavra segurança, que o Estado pode oferecer a esses cidadãos brasileiros, segurança do que ele pode investir, do que ele pode apostar, no seu negócio, é fundamental para que a gente continue prosperando.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A França tem grande dificuldade em aceitar o Mercosul, porque ela sabe que o agronegócio brasileiro é muito mais eficiente"

O que está faltando para o agronegócio?

Falta muita coisa, principalmente quando olhamos para a questão institucional. O Estado brasileiro foi muito ineficiente para fazer a regularização fundiária, para fazer a regularização ambiental. O Cadastro Ambiental Rural foi instituído por meio da lei aprovada em 2012, ou seja, tem 13 anos que implementamos o Código Florestal Brasileiro. Até hoje, grande parte dos estados não conseguiu caminhar com esse instrumento.

Por que isso aconteceu?

Porque o Estado é burocrático, ineficiente. A ineficiência, e essa foi a temática que eu abordei, ela é pão e manteiga. Ela é a espinha dorsal dos grandes equívocos que o Estado brasileiro comete e da má prestação

de serviço que ele tem para o cidadão e para a sociedade. Um Estado ineficiente prejudica o mundo dos negócios pela burocracia, pela lentidão para fazer licenciamento. O Brasil está entre os países que mais cobram imposto do cidadão. E, na contrapartida, nós somos o país que tem uma das piores qualidades de prestação de serviço por parte do Estado. Isso chama-se ineficiência. O Estado brasileiro é ineficiente.

Essa ineficiência atrapalha o agronegócio? Como?

Trata-se de prejuízo na veia, porque, quando você demora para fazer um licenciamento ambiental para o cara cumprir a lei, você está prejudicando esse proprietário dessa terra, dificultando o financiamento, aumentando o custo do crédito. Muitas vezes, a ineficiência

do Estado faz com que, hoje, nós tenhamos no Brasil uma das taxas de juros, talvez a mais cara do mundo. Por que nós pagamos tanto juro no Brasil? Não é porque o Banco Central quer aumentar, é porque o Estado, principalmente o governo federal, deve muito, e não consegue pagar a dívida (pública). Então, a ineficiência pública atinge o agronegócio, atinge a todos os nossos cidadãos na prestação de serviço e no dia a dia da relação de todos nós.

Quais são os principais desafios para embarcar os produtos do Mato Grosso?

Portos brasileiros. Nós estamos no coração da América Latina. Cuiabá é considerada o centro geodésico da América Latina. De vez em quando, a gente brinca,

né? Para que serve isso? Só serve para uma coisa: para dizer que nós estamos longe de todos os portos, estamos longe de tudo. Mas dizem que dificuldades exigem de você habilidades. E como nós estamos muito longe, com a logística ruim, para poder competir, tivemos que nos tornar muito bons, ficarmos bons. Então, da porteira para dentro somos muito eficientes. Por isso que a França tem grande dificuldade em aceitar o Mercosul, porque ela sabe que o agronegócio brasileiro é muito mais eficiente, muito mais competente do que os produtores franceses e eles não conseguem competir conosco. Como é que eles, como eles fazem? Eles tentam barrar o desenvolvimento da nossa infraestrutura.

Qual a sua avaliação sobre a segurança pública do país?

Primeiro, temos que constatar que a insegurança ou a falta de segurança pública no Brasil está ficando cada vez mais crítica. As facções criminosas estão avançando de forma muito consistente. Era um problema que deveríamos falar do Rio de Janeiro, de algumas cidades brasileiras. Hoje, chegou em Mato Grosso, assim como chegou em todos os estados, praticamente todas as cidades. Antes era um problema das grandes metrópoles, das grandes cidades, das periferias dessas grandes cidades. Esse problema está presente no Brasil inteiro. As facções desenvolveram um modelo de negócio parecido com franquia. O bandido, hoje, perdeu o medo do Estado, perdeu o medo da polícia, perdeu o medo das penas.

Essas facções criminosas se infiltraram no âmbito político do país, porque?

Porque o estado foi ineficiente e conviveu e deixou criar essa sensação de impunidade, aumentou muito o poder econômico. Com muito dinheiro, as facções começaram a financeirar vereadores, começaram a financeirar deputados estaduais, começaram a financeirar deputados federais. Muitos agentes públicos estão sendo eleitos com dinheiro dessas facções criminosas.

Como o senhor enxerga os avanços da China?

Há 50 anos, a China tinha uma economia do país praticamente igual à economia brasileira, e, 50 anos depois, a China é quase nove vezes maior do que a economia brasileira. Por que isso aconteceu? Na minha opinião e de muitos especialistas, é que o governo chinês tem um modelo de gestão pública extremamente eficiente e

competente e que produz resultado e agrega valor para o país e para o cidadão. Na China, nesses 50 anos, 400 milhões de pessoas saíram da pobreza, saíram da classe baixa e transformaram-se em classe média. Enquanto nós estamos aqui fazendo apologia à nossa democracia, eles lá têm um modelo centralizado na eficiência, no resultado. O governo é eficiente e produz resultados.

Qual a sua avaliação sobre a segurança pública do país?

Primeiro, temos que constatar que a insegurança ou a falta de segurança pública no Brasil está ficando cada vez mais crítica. As facções criminosas estão avançando de forma muito consistente. Era um problema que deveríamos falar do Rio de Janeiro, de algumas cidades brasileiras. Hoje, chegou em Mato Grosso, assim como chegou em todos os estados, praticamente todas as cidades. Antes era um problema das grandes metrópoles, das grandes cidades, das periferias dessas grandes cidades. Esse problema está presente no Brasil inteiro. As facções desenvolveram um modelo de negócio parecido com franquia. O bandido, hoje, perdeu o medo do Estado, perdeu o medo da polícia, perdeu o medo das penas.

Essas facções criminosas se infiltraram no âmbito político do país, porque?

Porque o estado foi ineficiente e conviveu e deixou criar essa sensação de impunidade, aumentou muito o poder econômico. Com muito dinheiro, as facções começaram a financeirar vereadores, começaram a financeirar deputados estaduais, começaram a financeirar deputados federais. Muitos agentes públicos estão sendo eleitos com dinheiro dessas facções criminosas.

O que fazer para impedir a entrada dessas organizações criminosas?

Só tem um jeito: leis muito duras, muito severas. Tem de mudar o financiamento de campanha, leis mais duras para combater e mudar essa perspectiva.

***Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel**

DESIGUALDADE

Pobreza e miséria diminuem no país

O aquecimento do mercado de trabalho e a manutenção de programas de transferência de renda reduziram a pobreza e a miséria no país, em 2024, para novos pisos históricos. Em apenas um ano, 8,6 milhões de brasileiros deixaram a pobreza, e 1,9 milhão saíram das condições de miséria, conforme dados da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), divulgados ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano passado, o Brasil tinha 48,9 milhões de habitantes vivendo abaixo da linha de pobreza, o equivalente a uma fatia de 23,1% da população sobrevivendo com cerca de R\$ 23,13 por dia. No ano anterior, em 2023, 27,3% da população vivia em condições de pobreza, 57,6 milhões de pessoas. Já o contingente de miseráveis correspondia a 3,5% da população do país em 2024, o equivalente a 7,4 milhões de brasileiros em situação de pobreza extrema, sobrevivendo com menos de R\$ 7,27 por dia. Em 2023, porém, o número de miseráveis somava 9,3 milhões, 4,4% de toda a população.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou os dados de redução da pobreza e da extrema pobreza no país, divulgados pelo IBGE. Segundo o presidente, há mais dinheiro circulando entre os trabalhadores por causa da redução geral dos preços e crescimento dos salários. "Nós temos, hoje, a menor inflação acumulada em quatro anos. Hoje, nós temos o maior crescimento do salário mínimo, o maior crescimento da

massa salarial deste país. Hoje, nós temos o menor desemprego da história deste país. E hoje, nós temos o menor índice de pobreza de todos os 525 anos de história desse país. Por uma razão muito simples, o dinheiro está chegando na mão do povo", afirmou durante visita ao polo automotivo do Ceará, em Horizonte. A cerimônia marcou o início da produção de veículos elétricos da General Motors no Brasil.

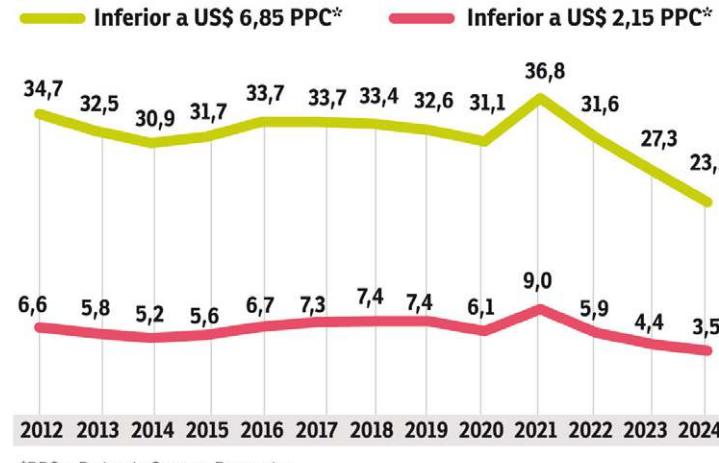
Conforme os dados do IBGE, tanto o total de pessoas vivendo em situação de pobreza quanto o de indivíduos em condições miseráveis desceram em 2024 ao patamar mais baixo da série histórica, seja em números absolutos, seja como proporção da população. A série histórica da pesquisa do IBGE, que usa dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, teve início em 2012.

Parâmetros

Pelos critérios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e recomendações do Banco Mundial, a pobreza extrema é caracterizada por uma renda familiar per capita disponível inferior a US\$ 2,15 por dia, o equivalente a um rendimento médio mensal de R\$ 218 por pessoa em 2024, na conversão pelo método de Paridade de Poder de Compra (PPC) — que não leva em conta a cotação da taxa de câmbio de mercado, mas o valor necessário para comprar a mesma quantidade de

Evolução da renda

Proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar per capita selecionadas — Brasil 2012-2024 (Em %)



Em 2024, a pobreza e a extrema pobreza atingiram os menores valores da série histórica

Entre 2023 e 2024, houve redução de cerca de 1,9 milhão de pessoas extremamente pobres e de 8,6 milhões de pessoas pobres

Fonte: IBGE

bens e serviços no mercado interno de cada país em comparação com o mercado nos Estados Unidos. Já a população que vive abaixo da linha de pobreza é aquela com renda disponível de US\$ 6,85 por dia, o equivalente a R\$ 694 mensais por pessoa em 2024.

O índice de Gini do rendimento médio domiciliar per capita de todas as fontes — indicador que mede a desigualdade de renda, numa escala de 0 a 1, em que, quanto

mais perto de 0 o resultado, maior é a concentração de riqueza — desceu de 0,517, em 2023, para a mínima histórica de 0,504, em 2024.

Entretanto, foram os benefícios de programas sociais que impediram que a desigualdade fosse mais elevada: se excluída a renda proveniente dessas transferências, o índice de Gini teria saído de 0,554 em 2023 para 0,542 em 2024. (Com informações da Agência Estado e da Agência Brasil)

COMPLIANCE ZERO

Toffoli cria redoma no caso Master

» IAGO MAC CORD

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, ontem, que cabe à Corte qualquer análise e ato relacionado ao inquérito da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, que investiga o Banco Master por suspeita de fraude na casa dos R\$ 12 bilhões em vendas de cartões de crédito, comprados pelo Banco de Brasília (BRB).

Na prática, a determinação para-lisa os procedimentos investigativos em instâncias inferiores. A decisão de Toffoli fixa a competência do STF sobre o caso, exigindo que qualquer nova medida policial que precise de autorização judicial deve ser submetida exclusivamente a Toffoli. O magistrado também decretou sigilo sobre todo o processo.

Em consequência direta, o juiz federal Antonio Cláudio Macedo da Silva, da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, determinou, também ontem, o envio urgente do inquérito ao Supremo e a suspensão imediata de todos os atos investigativos pela Polícia Federal (PF).

A iniciativa de transferir a ação à Suprema Corte partiu dos advogados de diretores do Master. As defesas pediram a suspensão das investigações enquanto a Corte definia qual instância seria competente para conduzir a ação.

As representações argumentaram que a Justiça Federal de primeira instância não seria competente. A

principal justificativa de Toffoli para a decisão foi a alegação de que, durante o cumprimento de medidas cautelares — de busca e apreensão — em uma das residências dos investigados, foi apreendido um documento que faria referência a um deputado federal.

Um dos investigados alegou ao Supremo que o documento encontrado estava relacionado ao deputado João Carlos Bacelar (PL-BA), autoridade que possui foro por prerrogativa de função, conforme inclusive já noticiado pela mídia formal, fixada está a competência da corte constitucional", definiu Toffoli.

O juiz Antonio Cláudio, substituto na 10ª Vara Federal — o titular, Ricardo Leite, está de férias —, argumentou que "a mera referência a autoridade com prerrogativa de foro já deve implicar cautela do magistrado a quo", segundo o portal G1. Ele citou que a prudência evita nulidades e protege a investigação, alertando que "acordamentos" em casos penais no passado comprometeram esforços institucionais.

Após a manifestação de Toffoli, o juiz federal determinou: a suspensão imediata de todos os atos investigativos pela PF; no inquérito e em todas as medidas cautelares; o envio urgente ao STF do inquérito e de todas as ações correlatas, incluindo pedidos de prisão, buscas e apreensões.